OS HABITANTES DO RIO E AS MISSÕES RELIGIOSAS NO SERTÃO: A PAISAGEM DO RIO SÃO FRANCISCO – OROCÓ, PE.

THE INHABITANTS OF THE RIVER AND THE RELIGIOUS MISSIONS IN THE SERTÃO: THE LANDSCAPE OF THE RIO SÃO FRANCISCO - OROCÓ, PE - BRAZIL.

Jéssica Rafaella De Oliveira*

RESUMEN

En el inicio de la ocupación portuguesa, el valle de San Francisco era habitado por diversos pueblos indígenas. Cuando llegaron los colonizadores este espacio indígena estaba conformado por grupos denominados genéricamente por los cronistas como Tapuia y Kariri. Los trabajos de catequización en la región fueron iniciados alrededor del siglo XVII, siendo las primeras misiones en el año 1671. Tanto las misiones religiosas como las ocupaciones indígenas hicieron del río San Francisco no sólo un camino o una ruta, sino también un lugar para vivir, fueron estos caminos los que utilizamos aquí para comprender un poco del paisaje que conforma las islas, entendiéndolas como parte de historias pasadas repercutidas por su uso. La presente búsqueda se dispone a través de un minucioso relevamiento bibliográfico, con intervenciones puntuales en el campo y de un abordaje de la arqueología del paisaje, a entender lo que fueron las misiones religiosas que hicieron del Sertão de São Francisco, grandes rutas de catequización indígena, insertando tales abordajes y discusiones en una perspectiva de arqueología misionera que dialoga con la historia indígena. Lo mismo tiene una fundamental importancia no solo para completar lagunas en la historia particular de las islas, sino también para comprender la dinámica de ocupación de la región como un todo.

Palabras clave - Misioneros Arqueología, Paisaje del río, del río São Francisco.

RESUMO

No início da ocupação portuguesa, o vale do São Francisco era habitado por diversos povos indígenas. O espaço indígena no médio São Francisco, quando da chegada do colonizador, era constituído por populações genericamente denominadas pelos cronistas de Tapuia e Kariri. Os trabalhos de catequização na região foram iniciados por volta do século XVII, às primeiras missões datam de 1671. As missões religiosas, bem como as ocupações indígenas que fizeram do rio São Francisco não só caminhos/rotas, mas espaços de vivência, foram os caminhos utilizados aqui para compreender um pouco da paisagem que compõe as Ilhas, entendendo-as como parte de histórias passadas refletidas como resultado do seu uso. A presente pesquisa dispõe-se, através de um minucioso levantamento bibliográfico, de intervenções pontuais em campo e de uma abordagem da arqueologia da paisagem, entender o que foram as missões religiosas que fizeram do sertão do São Francisco, grandes rotas de catequização indígena, inserindo

*Arqueóloga e Preservadora Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco-Brasil. Mestranda em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe-Brasil. jessicaoliveira108@gmail.com

J.R. De Oliveira 2018. El pueblo del río y misiones religiosas en Sertão: el paisaje del río San Francisco - Orocó, Pe. [Dossier] *Revista de Arqueología Histórica Argentina y Latinoamericana* 12: 507-526. Buenos Aires.

tais abordagens e discussões numa perspectiva de uma arqueologia missioneira que dialoga com a história indígena. A mesma é de fundamental importância não apenas para preencher as lacunas na história particular das ilhas, mas para compreender a dinâmica de ocupação da região como um todo.

Palavras chave – Arqueologia missioneira, paisagem fluvial, rio São Francisco.

ABSTRACT

At the beginning of the brazilian portuguese colonization, the São Francisco Valley was inhabited by numerous indigenous peoples. The indian area in the middle course of the river, when colonizers arrived, was composed of populations generally called by the chroniclers as Tapuia and Kariri. The work of catechizing in the region initiated by the seventeenth century, the first missions dating back to 1671. The religious missions and indigenous occupations that made of the São Francisco not only a route, but living spaces, were the paths used here to understand a little about the landscape that makes up the islands, understanding them as part of past stories reflected as a result of its use. This research proposes through a thorough literature survey, specific interventions in the field and a landscape archeology approach, to understand what were the religious missions that made of the São Francisco Valley, great routes of indigenous indoctrination, inserting such approaches and discussions from the perspective of a archeology of missions that dialogues with indigenous history. The same is of fundamental importance not only to fill the gaps in the particular history of the islands, but to understand the dynamics of occupation of the region as a whole.

Keywords - Missionary Archaeology, river landscape, São Francisco River.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, desenvolvida junto ao programa de pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, a partir de um estudo focado em um complexo de ilhas pertencentes ao Município de Orocó localizado no interior do estado de Pernambuco, discute, sob a ótica da Arqueologia histórica, os diferentes processos que construíram e moldaram a paisagem fluvial do São Francisco, especificamente no que se refere à sua função enquanto espaço missioneiro entre os séculos XVII e XVIII. O munícipio de Orocó margeia um trecho do curso médio do rio São Francisco. Nessa região há um complexo de ilhas que, durante séculos, foi ocupada por grupos indígenas, que posteriormente serviram como área de aldeamentos, sendo estes, parte do processo de colonização atrelado a atividades missioneiras. (Figura 1)

Figura 1- Localização as intervenções arqueológicas: Ilha de Santa Maria, Ilhaa Das Almas y Ilha da Piraçú, Orocó, Pernambuco.

A região do Médio São Francisco teve seus primeiros contatos com Arqueologia através de pesquisas desenvolvidas para o estudo de períodos pré-coloniais, e, sobretudo buscando entender o processo de ocupação e a antiguidade do homem no Nordeste do Brasil.

Durante séculos o índio esteve numa situação marginal na história com relação ao seu papel na formação social e identitária brasileira. De acordo com John Monteiro isso se deve a dois aspectos específicos: "A primeira diz respeito à exclusão dos índios enquanto legítimos atores históricos, "...a segunda noção é mais problemática ainda, por tratarem os povos indígenas como populações em vias de desaparecimento" (Monteiro 2001:04).

Destarte, é sintomático perceber que existem poucas pesquisas acerca dessas ocupações no sertão de Pernambuco dentro de uma perspectiva arqueológica. Buscando reverter esse quadro de esquecimento, essa pesquisa justifica-se por ser de fundamental importância não apenas para preencher as lacunas na história particular das ilhas, mas para compreender a dinâmica de ocupação da região como um todo.

Nesse sentido, é a partir das ilhas, palco das Missões religiosas que moldaram a formação sociocultural dos diferentes grupos que construíram essas paisagens, o trabalho proposto, propõem uma interpretação sobre os diferentes processos que produziram a paisagem do submedio São Francisco a partir do contato e da inserção da atividade missioneira na região.

Dentro desse contexto a presente pesquisa, se volta aos estudos de contato e das Missões religiosas, entretanto se distancia das abordagens

de uma Arqueologia missioneira voltada apenas a compreender as Missões como agentes de aculturação, mas, sobretudo, valorizando o papel do indígena, dentro de um processo de transculturação e de agentes ativos nas construções sociais (Funari 2002).

CONTEXTO HISTÓRICO – OS HABITANTES DO RIO E AS ATIVIDADES MISSIONEIRAS EM PERNAMBUCO

De acordo com a historiografia, antes do contato entre indígenas e europeus, as ilhas do rio São Francisco eram ocupadas por grupos indígenas, que pertenciam à nação dos Cariris ou Kariri (variando a grafia entre estudiosos), que teriam sido expulsos do litoral pelos índios Tupis. Esmeraldo Lopes Gonçalves, em sua obra Opara[1] - Formação histórica e social do Submédio São Francisco, explica que os indígenas, "...[Kariris] Haviam chegado à região não se sabe quando nem como. Os estudiosos presumem que os agrupamentos indígenas mais recentes na região eram formados pelos índios Kariris expulsos do litoral pelos índios Tupis.

De acordo com Melatti (2007:46), citando escritos de Hemming, a estimativa da população indígena pré-cabralina na região do Vale do São Francisco estava em cerca de 100 mil indígenas. "Os quais tinham sua língua no tronco Macro-jê. A família Iatê só inclui a língua deste mesmo nome falada até hoje pelos Fulniôs no estado de Pernambuco".

Durante séculos as Ilhas do rio São Francisco foram locais de aldeamentos e funcionaram como verdadeiras praças de arma, acampamentos militares, onde se preparavam as guerras contra os indígenas beligerantes, ou ainda como posto avançado na defesa contra eles, na Paraíba, Rio Grande e no São Francisco. O critério para a escolha da aldeia para sediar uma missão, entretanto, era decidido pela que melhor correspondesse à expectativa de conversão (Silva 2003).

Enquanto isso "Os colonos, por sua vez, demonstravam alguma simpatia ao projeto de aldeamento enquanto alternativa à escravidão, desde que este garantisse mão-de-obra abundante e barata" (Monteiro 1995:44), este seria o ponto de partida para a colonização dos sertões.

Nos escritos de Abreu (1988) podemos observar a forte resistência indígena ao processo de colonização e a formação dos aldeamentos em toda margem do São Francisco, fato que levou a numerosas mortes tanto de indígenas, quanto de colonizadores em conflitos. A resistência indígena entrava em dissonância não só com os interesses dos colonizadores, como dos missioneiros e seus aldeamentos, que em princípio, foram

"...instituídos com a intensão de proteger as populações indígenas", acabaram por acelerar "[...] o processo de desintegração de suas comunidades" (Monteiro 1995:43).

No entanto a criação de aldeamentos foi algo comum nesse período em muitas das ilhas do São Francisco. "...No avanço para o sertão defrontaram os índios, em que sobressaiam os cariris, antigos dominadores do litoral, então acuados pelo S. Francisco e a Ibiapaba. A sua resistência foi terrível, talvez a mais persistente que os povoadores encontraram em todo o país; mas atracados no rio S. Francisco, no Piranhas, no Jaguaribe, no Paraíba, do Ceará foram uns mortos e outros reduzidos a aldeamentos, outros agregados a fazendas, fundia-se e confundia-se com os colonizadores alienígenas (Abreu 1988:41).

No início do século XVII há relatos dos primeiros missionários sobre a ocupação indígena do sertão pernambucano, subtendendo que possivelmente esses grupos estariam nessa região há mais tempo, uma vez que se tratava de aldeias já estabelecidas. Frei Martinho de Nantes, missioneiro capuchinho responsável por iniciar os trabalhos de catequização com os indígenas dessa região, ao entrar em contato com índios dessa nação na Paraíba fica sabendo das aldeias existentes no rio São Francisco e resolve partir em missão. Na sua obra 'Relação de uma missão no Rio São Francisco' escrita em 1706, Nantes escreve: "... Tendo sabido desses mesmos índios, um dos quais falava alguma coisa do português, que havia no rio S. Francisco uma grande quantidade de aldeias de sua mesma nação, resolvi transferir-me para lá" (Nantes 1706:2).

Na região citada por Martinho de Nantes, Curt Nimuendajú identifica os índios da nação Dzubukua Kariri (1688-1746) os quais habitavam as ilhas do sertão do São Francisco.

Muitos documentos e registros de passagens dos missionários pela área comprovam a existência de aldeias[2], e posteriormente de aldeamentos nas Ilhas do rio São Francisco, algumas delas localizadas especificamente no município de Orocó.

Dentro desse contexto Petrone Pasquale (1995:54) define aldeamento como algo que deve ser "...compreendido à luz da dinâmica do povoamento, definida com o processo de colonização" Por isso, deve ser compreendida também, e, sobretudo, à luz das múltiplas relações que esse processo implicou entre o elemento indígena e os fatos do povoamento' (Pasquale 1995:53). Para Monteiro, os aldeamentos; "... Além de propor um mecanismo de acesso à mão-de-obra indígena, o projeto dos aldeamentos também definiu a questão das terras dos índios. Com o intuito de providenciar uma base para o sustento dos habitantes, cada aldeamento foi dotado de uma faixa considerável de terras.

Ao mesmo tempo, porém, as doações de terras tinham o objetivo menos nobre de restringir os índios a áreas determinadas pelos colonizadores, abrindo assim acesso a regiões antes ocupadas pelos grupos nativos" (1995). A ideia de assimilação, por sua vez, estava intimamente ligada à transformação dos índios em força de trabalho (Amoroso 1998:3).

É pertinente destacar que a forte adaptação do indígena as condições climáticas secas do sertão e seu conhecimento da terra ocupam um caráter definidor para fixação dessas novas práticas no interior do Nordeste, mas, no entanto isso não foi suficiente pra lhe pouparem a vida, como mostra Piletti (1996:50), ao discorrer sobre a colonização do Brasil, "...os indígenas resistiram à escravização. Porém, apesar de sua superioridade numérica, foram quase sempre derrotados pela superioridade das armas de fogo dos colonos". "...sem dúvida que as missões mudaram radicalmente a vida dos indígenas missionados, pois as missões visavam: implantar novas técnicas artesanais, ensinar o processo de domesticação dos animais, ensinar aos indígenas novas técnicas agrícolas voltadas para a economia colonial, catequizar e amansar os indígenas, introduzir os costumes europeus como a monogamia e o casamento cristão, fusão do cristianismo e preparar mão-de-obra barata para o novo sistema implantado no Novo Mundo, sistema este voltado para suprir as necessidades consumistas dos europeus" (Santos y Oliveira 2011:78).

AS MISSÕES NO SERTÃO DE OROCÓ

As atividades missioneiras em Pernambuco se deram do litoral para o Sertão. Jacionira Silva explica que "...o espaço indígena no médio São Francisco, quando da chegada do colonizador, era constituído por populações genericamente denominadas pelos cronistas de Tapuias, Cariris e Tupinaés" (2003:160), no entanto, na medida em que nos debruçamos em livros, documentos e relatos, nos deparamos com uma situação bem mais complexa.

Frei Martinho de Nantes, missionário capuchino que mais de uma vez cumpriu a jornada entre 1672 e 1683 pelo submedio São Francisco, indica três pontos por onde passava, para visitar os aldeamentos dessa região do São Francisco, sendo estes: a aldeia de Canabrava, hoje Pombal, em águas do Itapicuro, Jeremoabo em águas do Vazabarris, e uma passagem no rio São Francisco, abaixo das ilhas Pambu e Aracapá, (pela indicação, possivelmente, Pambu trata-se da Ilha de Santa Maria por estar localizada abaixo da Ilha de Aracapá). No início do século XIX

a passagem era em Ibó a pouca distância de Cabrobó. (Abreu 1988:53). "...Posteriormente fundaram-se mais duas aldeias, uma na Ilha de assunção, e outra na de Santa Maria, que prosperaram tanto, que as suas povoações foram eretas em paróquias e depois em vilas, tendo ambas título nobiliárquico de Vila Real, de grande honorabilidade em sua época" (Costa 1983:40).

De acordo com Cunha (2013:28), as missões "foram criadas para facilitar o trabalho de conversão e, ao mesmo tempo, cooperar com o processo de colonização através do fornecimento de mão de obra e pacificação dos nativos". No rio São Francisco, as primeiras missões implantadas regularmente foram erigidas por capuchinhos italianos, seguidos posteriormente por jesuítas e outras ordens. Eram dirigidas por missionários permanentes, em número de dois, por ordem de Roma e do Rei, e tinham como sede a aldeia principal, circundada por outras, secundárias, localizadas nas imediações. Assim, o "lugar" do nativo deixava de ser o que escolhera para ser o escolhido pelo missionário ou passava a ser o "lugar" da missão, do missionário, do estranho, confundindo-se a aldeia com a missão, mesmo quando a legislação mantinha o direito de livre escolha pelo grupo (Silva 2003).

Para implantação dos aldeamentos e a escolha dos locais onde foram erguidas as igrejas os missionários tinham autonomia para decidir, mas é importante destacar que de acordo com a historiografia acima citada, os grupos indígenas antes da chegada dos missioneiros já faziam das ilhas seus lugares de moradia. Assim, os religiosos apenas se utilizariam de uma paisagem indígena (Pasquale 1995).

Pilleti (1996:66), ao se referir à colonização do sertão afirma que foi "início de um intenso processo de expansão territorial, com bandeiras cortando o sertão em todas as direções, em busca de escravo e ouro".

Lima em sua obra O Governo das Almas – A expansão colonial no país dos Tapuia 1651-1798 (2004), relata que durante uma década (1672 – 1682) os capuchinos permaneceram livres da concorrência de outras ordens religiosas, até a chegada de missioneiros Jesuítas, que descritos por Martinho de Nantes haviam ficado impressionados com os resultados obtidos pelos capuchinos nestes sertões, e espalharam sua fama nos meios públicos da Bahia. Pouco depois já aparece na documentação jesuítica o registro de algumas aldeias administradas pela Companhia de Jesus no rio São Francisco.

A expulsão dos missioneiros da região do São Francisco não foi um movimento pacífico, uma vez que disputas para dominação da terra pela Casa da Torre era o alvo da expulsão. Hohenthal relata que a "...extinção dos aldeamentos em Pernambuco aconteceu quando só restavam três no São Francisco, Assunção, Santa Maria e Brejo dos Padres" (apud Silva 2003:164).

Muitas medidas para desarticular os grupos indígenas foram tomadas para que as criações das vilas fossem possíveis. Tais medidas ocorriam desde o início do contato, não se restringindo a criação dos aldeamentos, mas em medidas que aos poucos iam proibindo a continuação das práticas indígenas, como mostra Medeiros (2007:3). "...Entre as medidas a serem adotadas estavam: a proibição das línguas nativas e a obrigatoriedade da língua portuguesa; a proibição da nudez; a obrigatoriedade de morar em casas separadas; o combate ao alcoolismo, a obrigação que os índios tivessem nome e sobrenome, sendo escolhidos para tal, nomes de famílias portuguesas, enfim, toda uma série de medidas no sentido de anular a identidade étnica dos povos indígenas".

A imagem dos índios Kariris associados a bravos guerreiros ou sempre associada ao rio São Francisco é uma característica presente em vários relatos sobre região do sertão.

O uso do ambiente aquático está fortemente presente no cotidiano desses grupos, fato que levou, por exemplo, Frei Martinho de Nantes (1706) a se referir aos indígenas em seus escritos com a bela expressão de "os habitantes do rio".

Em relatos historiográficos os indígenas são descritos como hábeis navegantes e como os colonizadores aproveitaram dessa condição, os usando como guias: "... Os índios, nos rios e mares, eram também incomparáveis e conheciam todas as ilhas e furos. Chamados de práticos, eles eram imprescindíveis para as viagens fluviais. Os navios não se aventuravam naquelas águas sem levar consigo algum daqueles tapuias como prático. O conhecimento dos rios e das técnicas de navegação era questão de honra para os índios e chegavam a arriscar a própria vida para não perderem as embarcações" (Carvalho 2013:78).

Henrique Guilherme Fernando Halfeld (1797-1893), engenheiro responsável por criar um dos primeiros atlas e relatório concernente à exploração do rio São Francisco, obra de grande relevância para o estudo de todo o curso do São Francisco, segue sendo para esta pesquisa uma importante fonte de informação. Quanto à ilha de Santa Maria Halfeld afirma: "...A Ilha de Santa Maria, esta ultima tem em sua ponta ocidental uma igreja, cahida em ruina e o lado desta, igualmente decahiado um convento e outras casas com columnas de pedra, tudo em ruina e debaixo do mato. Ainda se enterrão os defuntos na mencionada igreja, porem com tão pouca piedade, que apenas os cadeveres achão-se cobertos com pouca terra solta, e que exhalão um insuportável fedôr cadavérico. Aquelle templo foi edificado por missionários da companhia de Jesus". (Halfeld 1860:38).

Investigamos, se as missões que se fixarão nessa região do São Francisco tinham alguma semelhança às missões de outras partes do Brasil, por exemplo, as grandes missões jesuíticas do Rio Grande do Sul, o que podemos destacar é que ela assumiu características próprias para o desenvolvimento de uma economia e uma forma de organização que provavelmente se adequou as essas novas condições ambientais que lhes foram impostas como; afirma Barbosa (2007) ao citar o aldeamento da Ilha de Santa Maria; "...Na ilha de Santa Maria, uma capela com devoção a Santa Maria foi construída para a missão que decaiu em 1817, quando, nesse período, ela apresentava um aspecto humilde e população de apenas 160 vizinhos, composta por nativos caçadores, agricultores, isentos de tributos, e as mulheres entregues à indústria de fiação e tecidos de algodão, cultivado na ilha, e ao trabalho da olaria para uso interno e para exportação" (Barbosa 2007:123).

Muito desses aldeamentos eram caracterizados por uma igreja central ou capela, com algumas casas em volta, construídas com arquitetura de terra com colunas de pedra, (Barbosa 2007). No entanto se não pode afirmar se isso era regra para todos os aldeamentos, uma vez que temos algo atípico como os aldeamentos em ilhas, fato que pode ter levado a diferentes necessidades de organização e a novas formas de aproveitamento desses espaços.

METODOLOGIA

Apesar das informações históricas e dos importantes trabalhos desenvolvidos na região que estudam ocupações indígenas no Nordeste, os sítios arqueológicos relacionados às antigas missões precisavam ser identificados e estudados. Por isso a necessidade de realizar um levantamento visando à localização e uma primeira qualificação do seu conteúdo, dialogando com as informações históricas disponíveis. Deste modo, definiu-se pela realização de um levantamento extensivo, e após estas investigações bibliográficas e prospecções na área optou-se por atividades interventivas[3].

Nesse sentido, com o trabalho arqueológico buscou-se realizar a identificação e mapeamento dos possíveis vestígios materiais relacionados ao processo de ocupação missioneira no arquipélago de Orocó.

No que se refere aos procedimentos de campo, o desenho assumido para a realização das atividades práticas esteve pautado em uma abordagem extensiva e não intensiva da área de pesquisa. Isso quer dizer

que priorizamos a recobertura de uma área com maiores dimensões, em detrimento de ações de pesquisa que forneçam um maior detalhamento de espaços mais constritos. Para tanto, empregamos uma metodologia assistemática informada que se caracteriza como a investigação de pontos elencados como de maior potencial, definidos a partir de dados coletados junto à documentação historiográfica primária e secundária, além da tradição oral coletada junto à população local.

Como bem argumenta Banning (2002:29), essa opção é inadequada para a formulação de generalizações sobre a população total de sítios arqueológicos de uma dada região, mas se caracteriza enquanto o modo mais eficiente em geral utilizado para a identificação de sítios específicos, como é o caso desta pesquisa, preocupado em discutir os aldeamentos missioneiros históricos do submedio sanfranciscano.

Nesse sentido, o ponto de partida do levantamento foi à realização do que a historiografia especializada chama de desktop studies ou, mais recentemente, desktop survey (Roskams 2001:50; David 2006:09). Esse procedimento se caracteriza pela coleta e reunião de informações de diversas naturezas, especificamente aquelas relacionadas com a indicação da presença e respectiva caracterização de sítios arqueológicos na área de pesquisa antes mesmo do desenvolvimento de etapas de campo.

Outra fonte informativa do levantamento esteve baseada na tradição oral coletada junto à população local de Orocó. Assim, cidadãos mais antigos e, principalmente, moradores das unidades insulares, foram consultados acerca dos eventuais locais de ocorrência de vestígios materiais que possam estar relacionados à ocupação missioneira ou anterior a ela.

Como resultado desta etapa das atividades, foram identificadas nas ilhas de Orocó ruínas de igrejas, capelas, um antigo cemitério indígena, e materiais cerâmicos dispersos em superfície.

A essa proposta, agregamos ainda, observações de caráter oportunístico relacionadas com a inspeção de áreas que apresentasse características geoambientais favoráveis à ocorrência de assentamentos humanos.

Outro procedimento foi o levantamento de superfície tomado, por princípio, como a técnica mais fundamental de todo levantamento arqueológico regional, confundindo-se com o próprio conceito de survey. Segundo Roskams (2001), o "caminhamento" caracteriza-se por ser uma das três técnicas mais utilizadas nos procedimentos de descoberta de novos sítios.

A proposta adotada esteve fundamentada na política de mínimo impacto, já defendida pelos organismos internacionais de proteção

patrimonial desde a década de 1970 pelo menos. Nesse sentido, deu-se prioridade para a análise artefatual in situ, seguindo a recomendação há muito explicitada por Chapman *et al.* (1977), de que os dados podem ser coletados sob a forma de informação (registro) e não necessariamente sob a forma de coleta.

As intervenções ocorreram em três ilhas, sendo elas, a ilha de Santa Maria, ilha das Almas e a Ilha de Piraçú. Foram realizadas nas áreas que de acordo com as informações orais já havia ocorrência de materiais arqueológicos, e que estavam associados com materiais em superfície, estes também identificados pela nossa equipe. Sendo assim tivemos em todas as áreas a junção de informações bibliográficas, relatos orais e inspeções de campo.

Visando à salvaguarda da integridade contextual dos sítios identificados nesta etapa, a coleta de material foi de um universo amostral mínimo, mas de forma sistemática, para que suas informações pudessem ser agregadas àquelas que serão posteriormente adquiridas durante possíveis escavações futuras nos sítios (Plog *et al.* 1978).

DISCUSSÕES

No sítio Santa Maria, foram abertos uma sondagem de 1x1m de largura e 50cm de profundidade, denominada 'sondagem1A' e 16 poços testes, estes alcançaram uma profundidade aproximada também de 50cm. Dos 16 poços testes que foram abertos na Ilha de Santa Maria, 11 foram positivos, ou seja, apresentaram ocorrência de material arqueológico e apenas 05 foram negativos, sem a ocorrência de material arqueológico. É importante destacar que a maior concentração de poços testes positivos está localizada na lateral esquerda da igreja, numa área equivalente a um pátio existente entre as edificações. Nesta área existe bastante material cerâmico disperso em superfície, os quais foram deixados no local visando à manutenção da integridade do sítio.

Praticamente todos os materiais coletados neste sítio, entre fragmentos cerâmicos, telhas, tijolos, faianças e fragmentos ósseos, foram provenientes da sondagem e dos poços teste.

No sítio Das Almas o nosso interesse foi por evidenciar possíveis estruturas em uma área não marcada por edificações religiosas, mas que estão presentes na memória da população como uma área de habitação indígena. Esta pode ser uma possibilidade de conhecermos sobre o universo indígena, que não esteja delimitado pelo universo religioso dos

aldeamentos missioneiros. A exemplo da unidade insular anterior, foram 10 poços testes, mas, diferentemente daquela, nenhuma das intervenções revelou qualquer evidência de interesse arqueológico. Esse fato chamou a atenção da equipe, tendo em vista não apenas o achado mencionado pouco acima, mas, também, pela presença de uma grande quantidade de material cerâmico e material construtivo, além de alguns fragmentos de faianças finas dispersos em superfície.

Outro detalhe do sítio Das Almas é o fato de ser identificado por moradores como um antigo cemitério indígena. Apresenta uma sessão de pedras enfileiradas associadas a material construtivo, onde foram identificadas quantidades significativas de material cerâmico disperso na superficie. Os fragmentos de faianças finas identificados em superfície são do tipo cremware, pertencentes à borda de pires. Esse tipo de material é facilmente identificado em superfície próximo à área indicada como o antigo cemitério indígena. É importante destacar que essa área também é utilizada pelos moradores para intenso plantio de cebolas, fato que leva a uma grande circulação de pessoas e a constante revolvimento do solo, podendo estes fragmentos ser resultado de descartes recentes dos habitantes da ilha.

A inserção da ilha de Piraçú como área interventiva, foi resultado da proposta do levantamento de caráter oportunístico que estávamos desenvolvendo, pois nela foram identificadas e escavadas pelos moradores, quatro vasilhas cerâmicas. É possível identificar facilmente fragmentos cerâmicos em superfície, porém dos 10 poços testes, 09 foram negativos e apenas 01 positivo, contendo três pequenos fragmentos cerâmicos na profundida de 40cm. Todos os poços testes alcançaram a profundidade de 50cm.

Propusemos a realização das referidas atividades interventivas na ilha por se tratar de uma área onde já havia sido identificada pelos moradores uma urna funerária, junto a outros e vasilhas cerâmicas.

Sendo assim, praticamente todo material que temos deste sítio é procedente de doações dos moradores que os recuperaram em suas práticas cotidianas, em períodos anteriores ao desenvolvimento da presente pesquisa. Assim como das outras vezes em que essa situação ocorreu, a opção pelo recebimento desse material pautou-se na política de mínimo impacto adotado pela pesquisa, na medida em que permitiu o acesso a uma amostragem da cultura material ali presente, sem, no entanto, gerar novas perturbações em seu contexto deposicional.

Praticamente todo material foi reconstituído, totalizando em duas vasilhas cerâmicas, e três bordas, duas dessas, da mesma vasilha.

De forma geral os poços testes apresentam um diâmetro de 40cm e 50cm de profundidade. Em sua maioria pudemos identificar 2 camadas; a primeira, apresenta uma coloração que varia a coloração em diferentes tons de cinza, sendo de compactação friável e de textura arenosa fina, a segunda camada com sedimento de coloração alaranjada e textura arenosa fina, de compactação na maioria das vezes também friável.

Podemos observar na tabela 1, a quantificação de todos os materiais coletados durante a etapa de campo, sendo compostas pelas seguintes categorias tipológicas:

Nos três sítios arqueológicos estudados há uma grande diversidade de artefatos cerâmicos, essa diversidade de material cerâmico reflete, sobretudo, a grande diversidade indígena presente nas ilhas do médio São Francisco em períodos pré-coloniais e presentes nos aldeamentos ali estabelecidos ainda no século XVIII.

Algumas contribuições e interpretações que surgiram ao longo do desenvolvimento da pesquisa, perpassam pela compreensão da complexidade dos aldeamentos fluviais do submedio São Francisco e do papel do indígena na criação desses aldeamentos.

Os aldeamentos fluviais criados por frades capuchinhos fizeram das ilhas do São Francisco grandes rotas de catequização, catequese está, que muitas vezes estiveram pautadas através do trabalho de uma mão de obra da terra, por pessoas da terra, ou podemos falar em pessoas das águas?

Sim, talvez possamos falar em pessoas das águas, ou como já mencionava Frei Martinho de Nantes em 1706 (1979), "habitantes do rio". A criação de aldeias e aldeamento em meio ao rio São Francisco e as modificações ocorridas na paisagem seguidas da fixação desses grupos foram um dos questionamentos iniciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Quanto aos aldeamentos havia claramente inúmeros interesses em catequizar ou "dominar" esses indígenas. Necessitamos refletir sobre

Total de fragmentos coletados nos três sítios	**Nº de Fragmentos**
Cerâmicos	282
Faianças finas	7
Olarias	19 tijolos e 03 telhas
Vítreo	1
Ósseo	57

Tabela 1. Quantificação dos artefatos coletados em campo. Os artefatos são provenientes apenas dos poços testes e da sondagem 1A, exceto o material doado pela comunidade da ilha de Piraçú.

seu papel como instrumento de colonização e estruturação econômica, livrando terras e criando trabalhadores úteis à produção capitalista.

Acerca da organização desses aldeamentos fluviais, que se estabeleceram nas ilhas do São Francisco, sob condições especificas, incluindo aqui os fatores ambientais, cabem algumas reflexões.

Tivemos um aldeamento numa área inicialmente indígena, que não necessariamente obedeceu à lógica de organização, a muito levantada para a criação de aldeamentos, como já citado anteriormente.

No caso do aldeamento Santo Antonio, as edificações religiosas não se encontram no centro da ilha, nem mesmo no seu ponto mais elevado, mas sim próximas ao rio. Tal fato demonstra também uma importante relação desses missioneiros com o ambiente aquático. Remete-nos inclusive a uma provável relação de dominação desse ambiente, ou seja, de quem circula pelas águas do São Francisco.

Com relação às missões dialogando com a fluvialidade, podemos observar a edificação de igrejas e capelas em distintos pontos da área que compreende ao arquipélago delimitado como nossa área de pesquisa, estão em ilhas relativamente próximas umas das outras. Reforçando certo controle desse trecho do rio por parte dos missioneiros. Havia uma relação de predomínio frente a esse ambiente fluvial. Há uma nítida apropriação dessa paisagem indígena pelos missioneiros, que aos poucos foram inserindo na paisagem as suas diferentes formas de vivenciá-la.

O espaço fluvial, sendo este claramente indígena propiciou a criação de aldeamentos e de missões com organizações próprias, as quais se adequaram a essa realidade indígena e desse ambiente aquático como próprio instrumento de sobrevivência.

Compreendo assim como a historiadora Ione Pereira, que as áreas aldeadas são reflexos de ações mútuas "...este espaço não foi resultado apenas da ação de colonizadores, mas, principalmente da ação de vários grupos indígenas que colaboraram de igual maneira nesta produção do espaço" (Pereira 2010:804).

Quanto às práticas indígenas com relação ao ambiente aquático Frei Martinho de Nantes afirma:

> "Tinha um deus para as culturas que a terra produzia; outro para a caça; outro para os rios e as pescarias, e todos esses deuses deixavam tempo para as festas em sua honra, e manifestavam a sua adoração com alguns sacrifícios, que incluíam as mesmas coisas que recebiam, por meio de cerimônias pouco diferentes, constituídas de danças, pintura do corpo, festins quase sempre impudicos, praticando o adultério, a que não dava nenhuma importância" (Nantes 1979:04).

Podemos perceber mais uma vez a importância do rio para esses grupos, uma vez que havia um 'Deus do rio' que era festivamente honrado. São nítidas as relações estabelecidas por eles com o ambiente aquático, e, sobretudo, com as ilhas, uma vez que estabeleceram suas aldeias em meio ao rio São Francisco e fizeram das ilhas lugares de significância.

Quanto à presença da ocupação dos Kariri citados por Frei Martinho de Nantes (1979) como principal motivo para criação dos aldeamentos no sertão do Nordeste, é sabido pela historiografia, que eles foram expulsos do litoral pelos Tupis e ocuparam o sertão adentro. Pensar numa expulsão inevitavelmente faz pensar em contato entre esses grupos, esse ocorrido pode ter permitido uma possível troca de conhecimento se conveniente para ambos.

Quanto a essa migração, Lopes (1997) afirma: "... Quando os portugueses iniciaram a prática e escravidão indígena no litoral, alguns grupos de índios tupis também vieram se asilar no Vale do Rio Opara e foram se fundindo ou lutando contra os grupos de Cariris. A natureza do Vale não podia ser de bom agrado, entretanto, fora a que sobrara. Nesta região os Tupis supunham-se livres e longe dos portugueses: um refúgio, como antes também pensaram os Cariris" (Lopes 1997:12).

Ainda sobre grupos ceramistas no interior do Nordeste do Brasil, surge a necessidade de maiores investigações, haja vista que também são citados na historiografia grupos ceramistas anteriores a expansão Tupi, como mostra Martin (2013) com relação às cerâmicas identificadas na área de Xingó, entre Sergipe e Alagoas, no município de Canindé, Martin explica que;

> "A ocupação desse importante sítio correspondia a grupos ceramistas que, pela cronologia obtida nos níveis datados, situa o assentamento dessas populações no médio-baixo São Francisco desde a metade do segundo milênio a.C. A partir dessas datas eminentemente antigas para grupos ceramistas, vemos que as técnicas de tratamento plástico das superfícies como alisado, escovado, inciso, corrugado e ungulado podem ser técnicas utilizadas por grupos ceramistas anteriores à expansão dos Tupiguarani e Aratu pelo Nordeste, os quais podem ter aprendido essas técnicas de grupos anteriores, já estabelecidos no Vale do São Francisco" (Martin 2013:215).

Há na historiografia, exemplo nos escritos de Cunha (1992), uma grande migração e ocupação de grupos indígenas por todo vale do São Francisco entre eles, ocupações Tupi e Kariri, esse que sempre levou vidas do interior para o litoral e do litoral para o interior.

Pensar nos diferentes fatores que moldaram a paisagem do médio São Francisco segue sendo para nós um grande desafio. Ao invés de sanar alguns questionamentos a pesquisa desenvolvida nos proporcionou muitos outros.

Nesse sentido, se faz necessário um universo maior e mais profundo de pesquisas a serem desenvolvidas nas ilhas do São Francisco para que se aprimorem as ideias iniciadas com esta. Chamo atenção para uma Arqueologia missioneira que dialogue fortemente com a história indígena, a qual os inclua como agentes ativos na formação dos aldeamentos e, não mais como agentes passivos diante de todas as mudanças ocorridas frente ao processo de colonização, e ativos, sobretudo, na formação da sociedade.

CONCLUSÕES

Este artigo é resultado preliminar da dissertação de mestrado ainda em andamento, e nesse sentido, falar em conclusões torna-se completamente incabível para este momento, afinal essa pesquisa nos trouxe muito mais considerações iniciais e se distancia significativamente de algo conclusivo.

No entanto, podemos afirmar quão complexo eram esses aldeamentos fluviais erguidos em meio ao São Francisco, uma vez que se tratava de um espaço indígena que aos poucos foi sendo modificado ao conhecer outras possibilidades de organização sócio/espacial advindas com os missioneiros.

Essa pesquisa traz algumas contribuições para compreensão dos grupos que fizeram do São Francisco o motivo maior de suas existências tornando-se os 'habitantes do rio'.

Seguimos com a necessidade de ampliar os trabalhos incialmente desenvolvidos no submedio São Francisco, uma vez que esta pesquisa abriu novos caminhos para a compreensão do modo de vida dos diferentes grupos que ocuparam essa região.

Recibido: 13 de mayo de 2016
Aceptado: 1 de julio de 2016

NOTAS

1 Opara é o nome indígena do rio São Francisco, o mesmo foi substituído por rio São Francisco por ter sido localizado pelo os 'colonizadores' no dia do Santo que leva este mesmo nome.

2 Termo utilizado pelo colono para indicar uma forma particular de habitat rural concentrado, como afirma Pasquale (1995).
3 Para tal foi solicitada e obtida à portaria junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN do estado de Pernambuco - Portaria n.º 01498.000753/2015-28.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Núcleo de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe em parceria com a CAPES/FAPITEC pelo financiamento da pesquisa. Agradeço imensamente as importantes contribuições recebidas do meu Professor e orientador de Mestrado Dr. Leandro Domingues Duran. Agradeço de forma muito carinhosa a todos que contribuíram com a elaboração deste artigo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amoroso, M. R.
1998. Mudança de hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 13 (37): 101-114.

Barbosa, B. F.
2007. *Paranambuco. Poder e herança indígena.* Ed. Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

Banning, E, B.
2002. *Archaelogical survey*. Springer Science & Business Media. New York.

Carvalho Junior, A. D.
2013. Índios cristãos no cotidiano das colônias do norte (séculos XVII e XVIII). *Revista de História* 168. (1):69-99.

Chapman, R. C.; Enloe, J. C.; Abbink, E. K.; Stein, J. R.; Warren, A . H.
I977. Survey of Cochiti Reservoir: methodology. *Archeological Investigations in Cochiti Reservoir, New Mexico.* Volume 1: A Survey of Regional Variability. V. Biella e R. C. Chapman (comps.), pp. 173-200. University of New Mexico.

Costa, F. A. P.
1983. *Anais de Pernambuco.* FUNDARPE. Recife-PE.

Cunha, M. C. da.
1992. *História dos índios no Brasil.* Companhia das Letras. São Paulo-SP.

Funari, P.P.A.
2002. A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial. In: Zarankin, A.; Senatores, M. X. (orgs). *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul, Cultura Material, Discursos e Práticas.* Ediciones del Tridente. Buenos Aires:

Halfeld, H. G. F.
1860. *Relatório concernente a exploração do rio São Francisco: desde a cachoeira a Pirapora até o Oceano Atlântico.* 2ª ed. Empresa das Arte. Rio de Janeiro.

Lima, T. A.
1993. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material.* São Paulo-SP.

2000. O papel da Arqueologia Histórica no Mundo Globalizado. Senatore, M. X. e Zarankin, A. *Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul: cultura material, discursos e práticas.* Ediciones Del Trident (Colección Científica). Buenos Aires.

Lopes, P. R.
1999. *Canto. A colonização portuguesa da Ilha de Marajó: espaço e contexto arqueológico-histórico na Missão Religiosa de Joanes.* Tese de mestrado, não publicada. Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Monteiro, J. M.
1995. *Negros da Terra, índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.* Companhia Das Letras. 1º Ed. São Paulo.

2001. *Tupis, Tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo.* Tese de Doutorado, não publicada, Departamento de Antropologia-IFCH-Unicamp. Campinas-SP.

Medeiros, R. P.; Oliveira, C. M. S.
2007. Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte da América portuguesa. *Novos olhares sobre as Capitanias do Norte do Estado do Brasil.* João Pessoa. Universitária.

Martin, G.
2013. *Pré-história do Nordeste do Brasil.* Editora Universitária UFPE. Recife-PE.

Melatti, J. C.
2007. *Índios do Brasil.* EdUSP. São Paulo-SP.

Nantes, M. de.
1979. *Relação de uma missão no Rio São Francisco.* Tradução e Comentários de Barbosa Lima Sobrinho. Companhia Editorial Nacional–MEC. São Paulo.

Oliveira, J. P.
1997. *Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.* Rio de Janeiro.

Pasquale, P.
1995. *Aldeamentos Paulistas.* Edusp. São Paulo.

Pereira, I. A. M. C.
2010. *Missões Jesuíticas Coloniais, homogeneidade ou influências? Um estudo comparativo do plano urbano das missões jesuíticas de Chiquito, Mojo, Mayna e Guarani implantadas nas fronteiras da América Colonial Espanhola nos anos de 1607 a 1767.* V Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação. PUCRS. Impresso. 802-804.

Piletti, N.
1996. *História do Brasil.* Ed. Ática. São Paulo.

Silva, J. C.
2003. *Arqueologia no Médio São Francisco indígenas, vaqueiros e missionários.* Tese de Doutorado, não publicada. UFPE. Recife-PE.

BREVE CURRICULUM VITAE DE LA AUTORA

Jéssica Rafaella de Oliveira. Graduada em Arqueologia e Preservação Patrimonial, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco. Mestranda em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe. Atuando academicamente nas áreas de Arqueologia histórica e Preservação Patrimonial.